

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação

Ricardo Noblat

Editor Executivo

José Negreiros

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Comercial

Maurício Dinepi

Diretor de Marketing

Márcio Cotrim

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial

Osvaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento

João Augusto Cabral

Saúde

Bom senso

O ministro Adib Jatene conseguiu importante vitória política: convenceu a equipe econômica do governo da necessidade de criar imposto para financiar gastos no deficitário setor de saúde. Não foi a vitória da teimosia contra a insensibilidade, como a muitos pareceu. Foi a vitória do bom senso.

O ministro tornou público o problema do setor, habitualmente discutido por um punhado de tecnocratas entre quatro paredes e decidido em esfera ainda mais restrita. Jatene expôs as vísceras da área de saúde, que há anos opera no vermelho e acumula passivo monumental, que cresce em escala geométrica.

É claro que a idéia de criar novo imposto não é simpática, nem exemplar. Mas, nas circunstâncias, não restou ao ministro outro argumento. Para fechar o ano com as contas em equilíbrio e bancar o reajuste dos preços dos serviços — consultas médicas e cirurgias, entre outros —, são necessários nada menos do que R\$ 4 bilhões adicionais. Os R\$ 13 bilhões destinados pelo Orçamento da União para este ano estão inteiramente comprometidos com outras despesas.

De imediato, o ministro obteve empréstimo emergencial, e aguarda aprovação de emenda constitucional no Senado que cria a Contribuição sobre Movimentação Financeira. Com o apoio do governo e os dramáticos argumentos do ministro, há chances concretas de aprovação. A CMF reproduz a mecânica do extinto

IPMF: desconta 0,25% de todo saque bancário. Só que terá sua receita inteiramente dirigida à área da Saúde. Há ainda questionamentos jurídicos sobre essa vinculação, mas deve prevalecer, como prevalece até aqui, o bom senso.

A saúde pública é a face mais trágica da crise social brasileira. Por trás dos números deficitários do Ministério da Saúde, expostos por Adib Jatene, estão vidas humanas, que se contam aos milhões. São pessoas simples, que vivem a adversidade da pobreza e da miséria, e dependem integralmente da ação assistencial do Estado. Desprezar esse problema, ainda que em nome de conveniências de macropolítica econômica, é gesto indefensável.

O mérito do ministro Jatene foi ter conseguido demonstrá-lo no âmbito interno do governo. Não é fácil. Seus antecessores, historicamente, fracassaram nessa tarefa. O país assiste, há anos, à degradação ininterrupta do sistema de saúde pública. Sabe-se que a descrença na sua recuperação fez, nos últimos anos, com que essa degradação se acentuasse e passasse a prosperar o lobby dos sistemas privados de saúde, de cujos benefícios estão inteiramente excluídas expressivas parcelas da população — exatamente as que dependem por inteiro da ação assistencial do Estado. Ignorar a causa de Jatene é condenar esse contingente à extinção pura e simples.